

Cooperação no caso Eduardo Jorge pode recuperar aliança para 2002

Foi a partir de acordo na crise que aliados passaram a discutir objetivos para restante do mandato

ARIOSTO TEIXEIRA

BRASÍLIA – A cooperação dos partidos aliados na condução do caso Eduardo Jorge Caldas Pereira/TRT de São Paulo está sendo interpretada como primeiro sinal da disposição da coalizão governista de lançar um único candidato à sucessão de Fernando Henrique Cardoso em 2002. Políticos em posições relevantes no governo dizem que a ofensiva para desarticular uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), nesse caso, teve como objetivo preservar e fortalecer a aliança PSDB-PFL-PMDB e não “salvar” o ex-secretário-geral da Presidência.

Há unanimidade sobre a isenção de Fernando Henrique e de que Eduardo Jorge não teve participação ativa no episódio. Mas, sem exceção, parlamentares e ministros ressaltam que “o que ele fez ou deixou de fazer depois de sair do governo é problema pessoal seu” – ou seja, se cometeu desvios éticos, morais ou legais, não poderá contar com as forças governistas para se proteger.

A partir desse acordo, os aliados passaram a discutir, diretamente com o presidente, os objetivos do governo nos dois anos e quatro meses que ainda tem de mandato. A questão central é a sucessão de 2002.

“O presidente Fernando Henrique não assumirá papel de magistrado na campanha: ele terá candidato e espero que, de preferência, seja do nosso partido”, afirma o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG).

O secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, afirma que o candidato sairá de qualquer um dos partidos aliados. A questão central, para Fernando Henrique, é que surja um nome capaz de encarnar o espírito do seu governo e de transmitir ao eleitorado a segurança de que haverá continuidade do projeto político, econômico e administrativo.

Calendário – O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, admite a existência de um calendário informal da sucessão: na virada do ano, o processo ganhará ritmo, mas a definição só virá depois de abril. Fernando Henrique tem dito que o ideal seria a definição sair até o fim de junho de 2001. Há duas convicções entre os políticos: a escolha recairá sobre um representante de um dos grandes partidos da aliança ou sobre um nome que, mesmo não tendo inscrição formal nesses partidos, tenha perfil para receber o apoio de qualquer um deles. Não se espera alguém com a mesma capacidade aglutinadora revelada por Fernando Henrique em 1994 e 1998, mas sim um nome capaz de manter as forças governistas atadas a compromissos programáticos por pelo menos mais um período presidencial.

Nenhum dos grandes partidos conseguiu impulsionar uma candidatura que possa ser considerada natural. As tentativas de candidatura própria malograram uma a uma, fazendo com que o processo convergisse para a hipótese de repetição da aliança da reeleição. No PFL, desenvolveu-se o projeto individual do senador Antonio Carlos Magalhães. Ele se tornou o principal ator do

Congresso, entrou em rota de colisão com Fernando Henrique e chegou a causar a impressão de que mandava mais no governo do que o próprio presidente. A estratégia não lhe rendeu apoio popular. Percebendo a situação, os pefelistas lançaram outros três nomes: o dos governadores Jaime Lerner (Paraná) e Roseana Sarney (Maranhão) e o do vice-presidente Marco Maciel.

A idéia de uma mulher para presidente empolgou parte do eleitorado, segundo pesquisas, que passaram a situar Roseana entre 7% e 13% das intenções de voto. Mas não saiu disso. Lerner e Maciel não emplacaram.

A propósito da candidatura Marco Maciel, porém, lembra-se o seguinte: ele se revelou um vice discreto, equilibrado e tem sido ator-chave na solução de conflitos na base aliada, sempre a favor da governabilidade e do presidente. Os políticos o consideram o melhor vice da história da República, por sua eficiência na articulação e, principalmente, porque não briga nem conspira contra o titular. Ser vice-presidente no Brasil tem sido, ao longo da história, passo importante para assumir o lugar do titular. Café Filho foi vice de Getúlio Vargas, João Goulart foi vice de JK e de Jânio Quadros, Sarney foi vice de Tancredo Neves e Itamar Franco, de Fernando Collor.

Difícil – As opções do PMDB parecem mais frágeis ainda do que as do PFL. O pré-candidato for-

mal do partido é o senador Pedro Simon (RS), que adotou como estratégia de crescimento a atuação no campo ético-moral, espaço já ocupado pela oposição e pela dissidência, que tem em

Ciro Gomes (PPS) seu representante. Simon não decolou. Ao partido resta a hipótese de abandonar o governo para assumir

Ciro Gomes, ou permanecer fiel na luta e participar de um novo governo de coalizão. O PSDB não tem melhor sorte que seus companheiros. Os tucanos podem, no entanto, apresentar alguns nomes fortes. O senador licenciado e ministro da Saúde, José Serra, é hoje a hipótese mais forte. Serra cresceu no ministério e mostrou liderança política com a aprovação da emenda constitucional que aumenta os recursos vinculados para financiar políticas de saúde pública. Sua atuação para baratear o preço dos remédios e as campanhas contra o fumo e epidemias, como a da aids, o tornaram popular.

O ministro Pedro Malan, da Fazenda, revelou-se um político hábil, capaz até mesmo de convencer a mídia de que a hipótese de sua candidatura é uma insanidade. Paulo Renato não esconde suas ambições políticas: quer ser senador por São Paulo, mas, se sobrar espaço, aceita sair para governador e ficaria muito feliz se os aliados vissem nele o nome capaz de agregar os interesses do PSDB, do PFL e do PMDB.

Entre os tucanos despontam ainda os governadores de São Paulo, Mário Covas, e do Ceará, Tasso Jereissati. Covas não demonstra muito apetite pela idéia, embora ninguém acredite na sinceridade de suas declarações quando diz não desejar a candidatura à Presidência. Tasso é visto como um tucano capaz de unir todas as pontas da aliança e, além disso, de anular a força de

Ciro em seu Estado. Mas é

Ciro quem tem 20% dos votos nacionais e não ele. (Agência Estado)

**OPÇÕES
DE NOMES
AINDA SÃO
FRÁGEIS**